

Diversos

Debate inicial sobre assuntos pertinentes ao objeto da Subcomissão.

Requerimentos

1) REQ. FIN 1/2015 Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)

Data do Requerimento: 02/09/2015

Considerando a importância das Operações Urbanas como instrumentos da implantação da política de desenvolvimento urbana no município;

Considerando os elevados montantes de recursos gerados por estas Operações Urbanas, a serem aplicados no desenvolvimento e qualificação da urbanização nas áreas de abrangência das mesmas;

Considerando a necessidade de dar absoluta transparência à aplicação deste importante instrumento, e contribuir para a garantia que as diretrizes definidas no Novo Plano Diretor e nas Leis Específicas de cada Operação Urbana seja efetivada;

Considerando a premente necessidade de garantir o pleno controle social dos investimentos;

Considerando ser tal instrumento uma importante fonte de recursos financeiros do município e revelando uma fundamental capacidade de investimento, cabendo portanto a esta Subcomissão o papel de manter uma fiscalização permanente;

REQUEIRO nos termos do Regimento Interno, à presidência desta douta Subcomissão, seja oficiado ao Executivo Municipal requerimento convidando para apresentar relatório de atividades relacionadas a arrecadação e aplicação de recursos advindos das Operações Urbanas em curso:

1) diretoria da SP Obras;

2) diretoria da SP Urbanismo;

3) Conselhos Gestores das Operações Urbanas Consorciadas Faria Lima, Águas Espraiadas, Água Branca e Operação Urbana Centro.

Votação

	Favor	Contra	Abst.
Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-

Comissão de Finanças e Orçamento
Pauta da 2ª Reunião Ordinária da Subcomissão de Fiscalização e Controle de 2015

Data da Reunião: 16/09/2015 - Horário: 10:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Requerimentos

1) REQ. FIN 5/2015	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)			
Data do Requerimento: 08/09/2015				
<p>Considerando as diversas e usuais utilização da modalidade Sistema de Registro de Preços pela Administração Municipal;</p> <p>Considerando que o dispositivo referido foi definido recentemente na legislação em relação a outros métodos de licitação;</p> <p>Considerando ainda não estar plenamente consolidado o entendimento jurídico relativo a este modalidade de licitação quanto a diversos pontos como a carona, abrangência, prazo, volume e outros aspectos;</p> <p>Considerando que em muitos destes pontos há inclusive entendimentos diversos quanto a sua legalidade entre o TCU, TCEs estaduais e TCM de São Paulo, afetando portanto a aplicação de recursos advindos de convênios e parcerias com outros entes federados;</p> <p>Considerando mudanças recentes na legislação relativa a este dispositivo ainda passíveis de interpretação;</p> <p>Considerando a necessidade de garantir a esta Subcomissão as informações necessárias para um conhecimento mais aprofundado do assunto visando plenamente o cumprimento de seu objetivo de avaliação da ação do Executivo;</p> <p>REQUEIRO nos termos do Regimento Interno, à presidência desta douta Subcomissão, seja oficiado convite ao Sr. Alexandre Manir Figueiredo Sarqui, Doutorando e Mestre em Ciência Econômica pela UnB - Auditor do TCE/SP e a sra. Rosemeire da Silva Cardoso Ramos, Advogada e Pós-Graduada em Gestão de Políticas Públicas pela USP - Agente da Fiscalização Financeira do TCE/SP, autores de importante e relevante estudo sobre o tema, para proferirem palestra sobre SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.</p>				
	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 23ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 16/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Contas

1) DOCREC 652/2015	TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	Votação			
Encaminha originais do processo TC 72.001.595.15-16, do qual constam relatório e voto do Conselheiro Domingos Dissei e o parecer do TCM sobre suas contas relativas ao exercício de 2014.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)					
Parecer: PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS					
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.					

2) DOCREC 653/2015	TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	Votação			
Encaminha originais do processo TC 72.001.619.15-82 com rela tório e voto do Cons.Relator Maurício Faria e considerações do Conselheiro Revisor Domingos Dissei, e o parecer sobre as contas do Executivo relativas ao exercício de 2014.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)					
Parecer: PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-	
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.					

Projetos para Votação em Plenário

3) PL 655/2009	Ver. CHICO MACENA (PT); Ver. NABIL BONDUKI (PT)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
ALTERA A LEI 14.266, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (SOBRE O SISTEMA CICLOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.)	Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. POLÍTICA URBANA Há voto em separado do Ver. Ricardo Nunes: FAVORÁVEL		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 23ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 16/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

COM SUBSTITUTIVO

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.
Vistas ao Ver. Ricardo Nunes em 06/08/2014;
Adiado por 2 (duas) sessões em 02/06/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura;
Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015 devido ao encerramento da Reunião;
Adiado por 3 (três) sessões em 24/06/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura;
Adiado de ofício pelo Presidente por 1 (uma) sessão para publicização do voto em separado do Ver. Ricardo Nunes;
Adiado por 3 (três) sessões em 26/08/2015 a pedido do Ver. Adilson Amadeu.

ASSUNTO: visa alterar a Lei 14.266, de 6 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a criação do Sistema Ciclovitário no Município de São Paulo. Entre as disposições da propositura, os terminais intermunicipais de ônibus, estações de trens, estações do metrô, órgãos públicos, centros de lazer, centros comerciais e de serviços, shopping centers, condomínios comerciais e residenciais, hospitais, cursos, escolas públicas ou privadas, os centros educacionais, faculdades públicas ou privadas ou qualquer outra instituição de ensino, fábricas, supermercados, agências bancárias, academias, instalações desportivas, praças, museus, teatros, cinemas, casas de cultura, centros culturais, casas de shows, estacionamento públicos ou privados, calçadões, centro de convenções e centro de eventos deverão possuir espaços seguros para estacionamento de bicicletas, com paraciclos ou bicicletário, como parte de infraestrutura de apoio a este modal de transporte. Atualmente, a Lei 14.226 abrange: os terminais e estações do Sistema Integrado de Transporte de Passageiro, edificações públicas, condomínios, indústrias, parques, centro de compras.

A propositura dispõe também que os locais de estacionamento públicos e privados devem reservar espaço para estacionamento de bicicletas, na proporção de uma vaga de bicicleta para cada 10 vagas de automóveis. Nos estacionamentos pagos, o valor cobrado pelo estacionamento de bicicleta não poderá ser superior a 33% do correspondente ao cobrado pelo estacionamento de automóvel. Os estabelecimentos mencionados deverão adequar-se as disposições desta lei no prazo de 360 dias. A inobservância pelos estabelecimentos privados das disposições desta lei, sujeitará o infrator as seguintes penalidades: advertência, multa de R\$ 1.000,00, dobrada na reincidência e cassação do alvará de funcionamento.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: parecer pela **constitucionalidade** e pela **legalidade**, na forma de **substitutivo** proposto para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa (fls. 27 a 35).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: foram realizadas duas audiências públicas, a primeira em 21/09/2011 (fls 37 a 54) contando com a manifestação de diversas entidades, e a segunda em 20/06/2012 (fls. 56) na qual foi apresentado o texto da propositura. Essa Comissão exarou parecer **favorável**, apresentando, porém, **substitutivo ao substitutivo aprovado pela CCJLP**, acolhendo sugestões do próprio autor levando em conta as manifestações em audiência pública (fls 58 a 66). Entre as alterações apresentadas no substitutivo, destacam-se: os locais de estacionamento públicos e privados devem reservar **3%** de sua área para estacionamento de bicicletas; nos estacionamentos pagos, o valor cobrado pelo estacionamento de bicicleta não poderá ser superior a **10%** do correspondente ao cobrado

pelo estacionamento de automóvel; a inobservância pelos estabelecimentos privados das disposições da propositura lei sujeitará o infrator as seguintes penalidades: advertência, multa de **R\$ 5.000,00**, dobrada na reincidência, e cassação do alvará de funcionamento.

Comissão de Administração Pública: parecer **favorável** nos termos do **substitutivo** aprovado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 71 a 72)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer **favorável** nos termos do **substitutivo** aprovado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 74 a 76).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Rodrigo Mantovani Policano / Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 655/2009

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Chico Macena e Nabil Bonduki, visa alterar a Lei nº 14.266, de 6 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a criação do Sistema Cicloviário no Município de São Paulo.

A propositura estabelece, dentre outras disposições, que os terminais intermunicipais de ônibus, estações de trens, estações do metrô, órgãos públicos, centros de lazer, centros comerciais e de serviços, shopping centers, condomínios comerciais e residenciais, hospitais, cursos, escolas públicas ou privadas, os centros educacionais, faculdades públicas ou privadas ou qualquer outra instituição de ensino, fábricas, supermercados, agências bancárias, academias, instalações desportivas, praças, museus, teatros, cinemas, casas de cultura, centros culturais, casas de shows, estacionamentos públicos ou privados, calçadões, centro de convenções e centro de eventos deverão possuir espaços seguros para estacionamento de bicicletas, com paraciclos ou bicicletário, como parte de infraestrutura de apoio a este modal de transporte. Atualmente, a Lei 14.226 abrange os terminais e estações do Sistema Integrado de Transporte de Passageiros, edificações públicas, condomínios, indústrias, parques e centro de compras.

O projeto dispõe também que os locais de estacionamento públicos e privados devem reservar espaço para estacionamento de bicicletas, e, nos estacionamentos pagos, o valor cobrado pelo estacionamento de bicicleta não poderá ser superior a um percentual do correspondente ao cobrado pelo estacionamento de automóvel.

Ainda de acordo com a propositura, os estabelecimentos mencionados deverão adequar-se às suas disposições no prazo de 360 dias, e a inobservância de suas disposições pelos estabelecimentos privados sujeitará o infrator às seguintes penalidades: advertência, multa (dobrada na reincidência), e cassação do alvará de funcionamento.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo em seu parecer, onde adapta o projeto a melhor técnica de elaboração legislativa.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente realizou duas audiências públicas, apresentando em seu parecer substitutivo ao substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, acolhendo sugestões de um dos autores, levando em conta as manifestações em audiência pública.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

VOTO EM SEPARADO AO RELATÓRIO DO RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 655/2009

De autoria dos nobres Vereadores Chico Macena e Nabil Bonduki, o presente projeto de lei visa alterar a Lei nº 14.266, de 6 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a criação do Sistema Cicloviário no Município de São Paulo.

A propositura estabelece, dentre outras disposições, que os terminais intermunicipais de ônibus, estações de trens, estações do metrô, órgãos públicos, centros de lazer, centros comerciais e de serviços, shopping centers, condomínios comerciais e residenciais, hospitais, cursos, escolas públicas ou privadas, os centros educacionais, faculdades públicas ou privadas ou qualquer outra instituição de ensino, fábricas, supermercados, agências bancárias, academias, instalações desportivas, praças, museus, teatros, cinemas, casas de cultura, centros culturais, casas de shows, estacionamentos públicos ou privados, calçadões, centro de convenções e centro de eventos deverão possuir espaços seguros para estacionamento de bicicletas, com paraciclos ou bicicletário, como parte de infraestrutura de apoio a este modal de transporte. Atualmente, a Lei 14.226 abrange os terminais e estações do Sistema Integrado de Transporte de Passageiros, edificações públicas, condomínios, indústrias, parques e centro de compras.

O projeto dispõe também que os locais de estacionamento públicos e privados devem reservar espaço para estacionamento de bicicletas, e, nos estacionamentos pagos, o valor cobrado pelo estacionamento de bicicleta não poderá ser superior a um percentual do correspondente ao cobrado pelo estacionamento de automóvel.

Ainda de acordo com a propositura, os estabelecimentos mencionados deverão adequar-se às suas disposições no prazo de 360 dias, e a inobservância de suas disposições pelos estabelecimentos privados sujeitará o infrator às seguintes penalidades: advertência, multa (dobrada na reincidência), e cassação do alvará de funcionamento.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo em seu parecer, onde adapta o projeto a melhor técnica de elaboração legislativa.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente realizou duas audiências públicas, apresentando em seu parecer substitutivo ao substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, acolhendo sugestões de um dos autores, levando em conta as manifestações em audiência pública.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, portanto, é o voto. Contudo, a fim de que não haja novos ônus à já combatida atividade comercial do Município, apresentamos o seguinte substitutivo [art. 6º, modificando lista de imóveis afetados; §3º, excluindo os prédios privados da reserva de estacionamento para bicicletas]:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 655/2009

Altera a Lei nº 14.266, de 06 de fevereiro de 2007, é dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 14.266, de 06 de fevereiro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o Sistema Cicloviário do Município de São Paulo - SICLO, como incentivo ao uso de bicicletas para o transporte na cidade de São Paulo, contribuindo para o desenvolvimento da mobilidade sustentável, com as seguintes diretrizes:

- I – aperfeiçoar e ampliar a infraestrutura cicloviária;
- II – implantar as medidas necessárias à inserção da bicicleta no sistema de circulação viário;
- III – promover a melhoria da qualidade ambiental e urbanística do Município;
- IV – ampliar a acessibilidade e mobilidade da população, reduzindo o uso do transporte motorizado;
- V – promover o desenvolvimento sustentável.

§ 1º - O transporte por bicicletas deve ser incentivado em áreas apropriadas e abordado como modo de transporte para as atividades do cotidiano, devendo ser considerado modal efetivo na mobilidade da população.

§ 2º - O desenvolvimento de projetos cicloviários no Município de São Paulo será pautado pelo atendimento às seguintes condicionantes:

I – a segurança dos ciclistas, tanto isoladamente quanto em conjunto como os demais usuários das vias;

II – a atratividade, de modo que o uso da infraestrutura cicloviária, nela incluída a sinalização de trânsito, seja otimizada e evitada sua ociosidade;

III – a coerência, de modo a que os percursos cicloviários conectem origens e destinos de viagens, tenham padronização, uniformidade e legibilidade;

IV – a continuidade, de modo a que fique concretizado no sistema viário o percurso cicloviário, inclusive o acesso e difusão das pistas e faixas exclusivas para bicicletas;

V – a direiteza na definição dos percursos, de modo a que haja economia de tempo e de esforço dos ciclistas;

VI – o conforto, de modo a minimizar o desgaste físico e psicológico dos ciclistas;

VII – a integração modal, de modo a que todos os modos de transporte possam ser usados pelo cidadão, segundo suas conveniências e necessidades;

VIII – a qualificação urbanística e ambiental, de modo a que todos possam beneficiar-se da melhoria proporcionada pelo fomento do uso da bicicleta, sejam eles ciclistas ou não;

IX – a criação e o tratamento tanto da infraestrutura voltada para o percurso cicloviário, quanto para o estacionamento de bicicletas;

X – o eficaz gerenciamento da circulação, em particular no que se refere à sinalização horizontal, vertical e semaforica, consideradas as bicicletas isoladamente e no conjunto com os demais usuários das vias.” (NR)

Art. 2º Ficam acrescidos os artigos 1-A, 1-B e 1-C à Lei nº 14.266, de 06 de fevereiro de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 1º-A Para efeitos desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I – Bicicleta: veículo de propulsão humana, dotado de duas rodas, não sendo, para efeito do Código de Trânsito Brasileiro, similar à motocicleta, motoneta e ciclomotor;

II – Ciclista: condutor de ciclos;

III – Ciclo: veículo de pelo menos duas rodas a propulsão humana.

IV – Ciclofaixa: parte da pista de rolamento destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica.

V – Ciclovia: pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum;

VI – Bicicletário: local, na via ou fora dela, destinado ao estacionamento de bicicletas;

VII – Paraciclo: dispositivo apropriado à afiação da bicicleta objetivando estacioná-la.

§ 1º Os ciclos equiparam-se às bicicletas, naquilo que couber.

§ 2º A bicicleta do modelo dobrável é considerada bagagem de mão, e pode ser transportada em qualquer meio de transporte público ou privado, como trem, ônibus e metrô, em qualquer dia e horário, desde que dobrada e embalada, de modo a evitar sujar os demais passageiros, e desde que suas dimensões e peso não ultrapassem o limite máximo permitido de bagagem por pessoa nas normas de uso do respectivo meio de transporte.

Art. 1º-B Fica permitida a instalação de suportes nos ônibus municipais integrantes do sistema de transporte coletivo para o transporte de bicicletas.

Art. 1º-C Fica permitida a instalação de vagas para estacionamentos de bicicletas em áreas de Zona Azul.

Parágrafo único: As vagas disponíveis para o estacionamento de bicicletas em áreas de Zona Azul estão dispensadas de cobrança, devendo sua utilização ser gratuita.”

Art. 3º Ficam acrescentados incisos III e IV ao artigo 2º da Lei nº 14.266, de 06 de fevereiro de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 2º ...

I - ...

II - ...

III - procedimentos, atividades e sistemas de gerenciamento do tráfego cicloviário inserido no gerenciamento geral do tráfego do Município;

IV – órgão de planejamento, execução e manutenção cicloviária.”

Art. 4º Fica alterada a alínea IV do art. 3º da Lei nº 14.266, de 06 de fevereiro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º ...

...

IV – implantar estacionamento de bicicletas nos terminais de ônibus, de trens, de metrô ou qualquer outro terminal de transporte coletivo público, bem como prédios, vias e logradouros públicos;” (NR)

Art. 5º Fica alterado o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 14.226, de 6 de fevereiro de 2007 que passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º ...

Parágrafo único. A ciclofaixa e a ciclorrota poderão ser adotadas quando houver impossibilidade técnica, ou falta de espaço físico para a construção de uma ciclovia.” (NR)

Art. 6º Fica alterado o art. 8º da Lei nº 14.226, de 6 de fevereiro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º Os terminais e estações de transferência do SITP, terminais intermunicipais de ônibus, estações de trens, estações do metrô, órgãos públicos, edificações públicas, centros de lazer, ~~centros comerciais e de serviços, shopping centers, condomínios comerciais ou residenciais, hospitais, cursos, escolas públicas ou privadas, centros educacionais, faculdades pública ou privadas ou qualquer outra instituição de ensino, indústrias, fábricas, supermercados, agências bancárias, academias, instalações desportivas, parques, praças, museus, teatros, cinemas, casas de cultura, centro culturais, casas de shows, estacionamentos públicos ou privados, centros de compras, calçadões, centros de convenções, centros de eventos, e qualquer outro local de grande afluxo de pessoas,~~ deverão possuir espaços seguros para estacionamento de bicicletas, com paraciclos ou bicicletários, como parte de infraestrutura de apoio a

este modal de transporte.

§ 1º Os locais de estacionamento públicos ~~e privados~~ devem reservar 3% (três por cento) de sua área para estacionamento de bicicletas.

§ 2º Nos estacionamentos pagos, o valor cobrado pelo estacionamento de bicicleta não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do correspondente ao cobrado pelo estacionamento de automóvel.

§ 3º A implantação e operação dos bicicletários, em imóveis públicos ~~ou privados~~, poderá ter controle de acesso, a ser aprovado pelo Órgão Executivo Municipal de Trânsito.” (NR)

Art. 7º Fica alterado o art. 10 da Lei nº 14.226, de 06 de fevereiro de 2007 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O Executivo deverá estimular a implantação de locais reservados para bicicletários, em um raio de até 200 (duzentos) metros dos terminais e estações de metrô, trens metropolitanos e corredores de ônibus, dando prioridade às estações localizadas nos cruzamentos com vias estruturais.

Parágrafo único. A segurança do ciclista e do pedestre é condição essencial para a escolha do local e da implantação de bicicletários e paraciclos.” (NR)

Art. 8º Fica alterado o artigo 11 da Lei nº 14.226, de 06 de fevereiro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Todos os projetos de reforma, ampliação ou construção de novas vias públicas, incluindo pontes, viadutos e túneis, devem prever espaços destinados ao acesso e circulação de bicicletas, em conformidade com os estudos de viabilidade.” (NR)

Art. 9º Fica alterado o artigo 12 da Lei nº 14.226, de 06 de fevereiro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. O Executivo deverá implantar ou incentivar a implantação de ciclovias ou ciclofaixas nos terrenos marginais às linhas férreas em trechos urbanos, de interesse turístico, nos acessos às zonas industriais, comerciais e institucionais.

Parágrafo único. Os projetos dos parques lineares previstos no Plano Diretor Estratégico, Programa de Metas do Município, e nos Planos Regionais Estratégicos deverão contemplar ciclovias internas e, quando possível, de acesso aos parques, em conformidade com estudos de viabilidade aprovados.” (NR)

Art. 10. Fica alterado o artigo 15 da Lei nº 14.226, de 06 de fevereiro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. O Sistema Cicloviário do Município de São Paulo – SICLO promoverá ações:

I – educativas permanentes, com o objetivo de promover padrões de comportamento seguros e responsáveis dos ciclistas, assim como campanhas educativas e treinamentos, tendo como público alvo os pedestres, ciclistas e os condutores de veículos automotores, visando divulgar o uso adequado de espaços compartilhados, o respeito e a convivência entre os modais de transporte;

II – de conscientização ecológica, da importância do lazer ciclístico e de disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável;

III – de promoção da acessibilidade da bicicleta aos locais de estacionamento;

IV – de aplicação de sinalização vertical, horizontal, semaforica, ou outras sinalizações disponíveis, nas vias aonde há tráfego de ciclistas, informando os veículos automotores sobre o cuidado e respeito com os ciclistas na via;

V – de criação de centro de educação para ciclistas, com o fim oferecer treinamentos sobre legislação de trânsito, mecânica de bicicleta, sinalização,

compartilhamento harmônico de espaços públicos com pedestres, animais, e veículos automotores e condução segura e defensiva de trânsito;

VI – de negociação com o Estado de São Paulo visando permitir o acesso e transporte em vagão especial do Metrô, de trens metropolitanos e de ônibus de transporte coletivo intermunicipal de ciclistas com suas bicicletas;

VII – de estabelecimento de convênios e parcerias com os municípios limítrofes para criação e implantação de projetos integrados de ciclovias.” (NR)

Art. 11. Fica alterado o artigo 16 da Lei nº 14.226, de 06 de fevereiro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Os eventos ciclísticos com fins lucrativos, utilizando via pública, somente podem ser realizados em rotas, dias e horários autorizados pelo Órgão Executivo Municipal de Trânsito, a partir de solicitação expressa formulada pelos organizadores do evento.” (NR)

Art. 12. Ficam acrescentados artigos 16-A, 16-B e 16-C à Lei nº 14.226, de 06 de fevereiro de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 16-A Fica criado o Conselho Municipal de Política Ciclovitária – CMPC, vinculado ao Gabinete do Secretário Municipal de Transporte, com a atribuição de apoiar a concretização do SICLO e a formulação de políticas ciclovitárias para o Município de São Paulo, fiscalizando sua implementação.

§ 1º O CMPC será composto na seguinte conformidade:

I – 01 (um) representante de cada uma das seguintes instituições:

- a) Secretaria Municipal de Transportes;
- b) Companhia de Engenharia de Tráfego;
- c) São Paulo Transportes;
- d) Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras;
- e) Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras;
- f) Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente;
- g) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

II – 04 (quatro) representantes eleitos pelas associações representantes de ciclistas; e

III – 03 (três) representantes eleitos da sociedade civil.

§ 2º O Executivo oferecerá aos Conselheiros do CMPC as informações necessárias para a consecução de suas atribuições.

§ 3º O CMPC reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos duas vezes por mês.

§ 4º A Secretaria Municipal de Transportes, com o auxílio e a participação do CMPC é responsável por garantir a execução e o funcionamento do SICLO.

§ 5º O Executivo regulamentará o CMPC num prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 16-B A inobservância pelos estabelecimentos privados das disposições desta lei, sujeitará o infrator as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), dobrada na reincidência;

III – cassação do alvará de funcionamento.

Parágrafo único. O valor da multa será corrigido anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, ou por outro que reflita a inflação do período, caso este seja extinto.

Art. 16-C Os estabelecimentos mencionados no art. 8º deverão adequar-se às disposições desta lei no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias.”

Art. 13. O Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da sua publicação, excetuando o disposto no § 5º do art. 16-A.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 23ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 16/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 13.995, de 10 de junho de 2005.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

4) PL 231/2010	Ver. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)	Votação			
ACRESCENTA O SUBITEM 16.2.2.1 AO ITEM 16.2.2 DA SEÇÃO 16.2 DO CAPÍTULO 16 DO ANEXO I DA LEI 11.228, DE 25/06/1992, O CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES, DE MODO A ESTABELECEER A OBRIGATORIEDADE DE PORTAS ESPECIAIS NAS ESCOLAS DE ED. INFANTIL, CRECHES, ESCOLAS MATERNAIS, PRÉ-ESCOLAS E SIMILARES LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Vistas ao Ver. Paulo Fiorilo em 08/10/2014;

Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes;

Adiado por 2 (duas) sessões em 02/09/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura.

ASSUNTO: acrescenta o subitem 16.2.2.1 ao item 16.2.2 da seção 16.2 do capítulo 16 do Anexo I da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, Código de Obras e Edificações, de modo a estabelecer a obrigatoriedade de portas especiais nas escolas de educação infantil, creches, escolas maternas, pré-escolas e similares localizadas no Município de São Paulo.

Pela propositura, as escolas de educação infantil, creches, escolas maternas, pré-escolas e similares deverão ter todas as suas portas internas, exceto aquelas dos sanitários utilizados exclusivamente por adultos, dotadas de janelas de vidro, acrílico ou outro material transparente que permita a plena visualização de um ambiente a outro, sendo que, de modo alternativo, onde consideradas inadequadas as portas com janelas, poderão ser instaladas portas de correr. Os responsáveis pelas edificações já existentes, abrangidas pelo projeto, deverão se adaptar ao nela disposto no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

De acordo com a justificativa, a propositura objetiva aumentar a segurança das crianças, inclusive no aspecto de tentativa de abuso. Outra vantagem estaria em se evitar acidentes quando da abertura da porta. O mesmo efeito, mas sem a possibilidade de visualizar a criança do outro lado, seria obtido com a porta de correr que, quando abertas, dificilmente atingiria alguma criança brincando.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 11/12).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou audiências públicas (fls. 13/26 – menção do PL a fl. 15 – e fls. 27/36 – menção a fl. 33 – não houve oradores inscritos), exarando parecer

favorável com substitutivo, com o intuito de aprimorar a redação, adequando o texto à terminologia técnica (fls. 38/39).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: solicitou informações ao Executivo (fl. 40), com resposta a fls. 44/59:

- "... reiteramos nosso posicionamento no sentido de que a propositura em tela não é matéria a ser inserida no Código de Obras..." – CEUSO - Comissão de Edificações e Uso do SOLO/SEHAB (fl. 49);

- " esta Assessoria Técnica considera que o Projeto de Lei em tela não detém suporte suficiente para entendê-lo como condição imprescindível ao funcionamento das instituições de educação infantil, haja vista as diferentes oportunidades de regulamentação da questão sem que o tema tenha sido abordado... o Projeto... não cumpre sua funcionalidade, razão pela qual somos pelo seu veto" – Assistência Técnica SME (fl. 56);

Essa Comissão exarou parecer **favorável** "nos termos do substitutivo que se apresenta abaixo, construído a partir do substitutivo proposto pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com o objetivo de fazer ajuste à nomenclatura que designa os estabelecimentos abrangidos por esta proposição, em acordo com a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional, mais especificamente seus artigos 29 e 30" (fls. 60/61). O **substitutivo** altera a redação da seguinte forma: os novos estabelecimentos **poderão** ter suas portas conforme o pretendido, enquanto que as escolas já existentes **deverão** adaptar-se gradativamente, com ampliação do prazo de 120 dias para 2 anos. Há voto vencido contrário (fls. 62/63).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes (fl. 64).

Relator da Comissão de Finanças e Orçamento: quesitos ao Executivo (fl. 67), com resposta a fls.69/84, concluindo "no sentido da inviabilidade da proposta" (fl.69). **Manifestação da Secretaria Municipal de Educação: (fl. 80)** "(...) esclareço que à vista da manifestação da:- SEHAB, que por meio da Assessoria Técnica da Comissão de Edificações e Uso do Solo-CEUSO, reconhece a meritória intenção do autor do projeto, que visa garantir a segurança das crianças no ambiente pré-escolar, mas considera não ser matéria a ser inserida no Código de Obras e Edificações-COE, uma vez que este disciplina, no Município de São Paulo, os procedimentos administrativos e executivos, não determinando especificações relativas a materiais, acabamentos e/ou equipamentos a serem instalados nas edificações (fls. 13 a 15);

- SME/AT que informa que após a aprovação do novo Plano Nacional de Educação, a Secretaria Municipal de Educação deverá verificar as questões relativas à infraestrutura das instituições de educação infantil providenciando o seu cumprimento, uma vez que os demais atos normativos que regem a matéria permanecem inalterados (fls. 21 a 25),

esta Pasta corrobora com a manifestação de SEHAB/CEUSO de que o Projeto de Lei nº 231/10 não cumpre sua funcionalidade, inviabilizando a regulamentação em referência" (fl.80).

Manifestação da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras: "(...) informo que não foi elaborado um projeto específico para atender a exigência do PL. nº 231/10, visto que todas as Comissões e Secretarias manifestaram um parecer contrário ao proposto no mencionado Projeto de Lei. O valor mencionado no orçamento em anexo refere-se ao preço unitário das portas já utilizadas em Creches Municipais, considerando também:

- Custo de remoção da existente

- Substituição de ferragens

Desta forma, para obter o valor total da operação, deve-se multiplicar o valor orçado pelo número de portas existentes nos equipamentos da Secretaria Municipal de Educação" (fl.81). Consta na fl.82 os valores por unidade, mencionados anteriormente, totalizando R\$ 568,99/porta.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

Relatório elaborado por: Gilberto Rodrigues Hashimoto
Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 231/2010

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues, visa acrescentar o subitem 16.2.2.1 ao item 16.2.2 da seção 16.2 do capítulo 16 do Anexo I da Lei nº 11.228, de 25 de junho

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 23ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 16/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

de 1992, Código de Obras e Edificações, de modo a estabelecer a obrigatoriedade de portas especiais nas escolas de educação infantil, creches, escolas maternas, pré-escolas e similares localizadas no Município de São Paulo.

Pela propositura, as escolas de educação infantil, creches, escolas maternas, pré-escolas e similares deverão ter todas as suas portas internas, exceto aquelas dos sanitários utilizados exclusivamente por adultos, dotadas de janelas de vidro, acrílico ou outro material transparente que permita a plena visualização de um ambiente a outro, sendo que, de modo alternativo, onde consideradas inadequadas as portas com janelas, poderão ser instaladas portas de correr. Os responsáveis pelas edificações já existentes, abrangidas pelo projeto, deverão se adaptar ao nela disposto no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

De acordo com a justificativa, a propositura objetiva aumentar a segurança das crianças, inclusive no aspecto de tentativa de abuso. Outra vantagem estaria em se evitar acidentes quando da abertura da porta. O mesmo efeito, mas sem a possibilidade de visualizar a criança do outro lado, seria obtido com a porta de correr que, quando abertas, dificilmente atingiria alguma criança brincando.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente apresentou substitutivo com o intuito de aprimorar a redação, adequando o texto à terminologia técnica.

Por seu turno, a colenda Comissão de Educação, Cultura e Esportes também propôs alterações “nos termos do substitutivo que se apresenta abaixo, construído a partir do substitutivo proposto pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com o objetivo de fazer ajuste à nomenclatura que designa os estabelecimentos abrangidos por esta proposição, em acordo com a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional, mais especificamente seus artigos 29 e 30”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao mencionado substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

5) PL 163/2011	Ver. SALOMÃO PEREIRA (PSDB); Ver. RODOLFO DESPACHANTE (PHS)	Votação		
		Favor	Contra	Abst.
DISPÕE SOBRE INDENIZAÇÃO DE PATRIMÔNIOS DANIFICADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES NA CIDADE DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Relator: Ver. OTA (PROS) Parecer: CONTRARIO	Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 2 (duas) sessões em 02/09/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura.

ASSUNTO: assegura à Prefeitura Municipal de São Paulo a cobrança por danos causados ao patrimônio público por veículos automotores.

O patrimônio público inclui postes de sinalização, placas de sinalização, postes de iluminação, grades de proteção, muros, muretas, árvores, conjunto semaforico, abrigos de pontos de parada de ônibus, passarela, viadutos, dentre outros.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 23ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 16/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

O projeto determina que a Companhia de Engenharia de Tráfego comunicará ao setor competente da Prefeitura o ocorrido, informando a data, o local e placas do veículo causador dos danos e o Boletim de Ocorrência, para que se providencie o reparo ou a substituição do patrimônio danificado, e também a cobrança.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela constitucionalidade e legalidade (fls. 6/10), com substitutivo “a fim de adequar o presente projeto à técnica de elaboração legislativa constante da Lei Complementar Federal nº 95/98” (fls. 8).

Comissão de Administração Pública: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 11).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 12).

Comissão de Finanças e Orçamento: solicitou informações ao Executivo (fl. 16), com resposta a fls. 18-33:

Secretaria de Negócios Jurídicos – Procuradoria Geral do Município: “(...) os danos causados ao erário público já são cobrados por meio de ação judicial, sendo despicienda norma municipal a respeito do assunto” (fl.20);

“(...) de acordo com o artigo 22, I, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre o direito civil. E responsabilidade civil é assunto afeto ao direito civil (...)”

“o projeto de lei não tem condições de prosperar em face de sua manifesta ilegalidade, motivo pelo qual opino pelo veto, caso seja aprovado pela Câmara.” (fl. 21);

CET: “(...) o procedimento ora proposto não poderá prosperar uma vez que a cobrança de indenizações materiais será sempre objeto de cobrança administrativa após apuração da responsabilidade do causador dos danos. Ou, na impossibilidade do recebimento via administrativa, deverá a Municipalidade ingressar com a medida Judicial cabível de forma a ressarcir o erário do prejuízo (...)”

“com relação aos valores cobrados somente serão apurados após a área responsável pela manutenção do equipamento danificado concluir o conserto detalhando quais os valores de peças e mão de obra foram utilizados para a recuperação do bem totalizando assim de forma clara o valor a ser cobrado. Assim, não se poderá ESTABELECEER VALORES DE RECUPERAÇÃO, pelo simples fato de que, qualquer valor cobrado sem a devida comprovação, poderá ensejar a Municipalidade a responder por enriquecimento sem causa” (fl.29);

Secretaria Municipal de Transportes: “Ante as manifestações da CET, PGM e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, manifesto-me pelo VETO total ao referido Projeto de Lei.” (fl.33).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A cobrança de indenização por danos causados ao patrimônio público amenizaria as despesas da Prefeitura, vindo ao encontro do interesse público.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 163/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Salomão Pereira, visa assegurar à Prefeitura Municipal de São Paulo a cobrança por danos causados ao patrimônio público por veículos automotores. O patrimônio público inclui postes de sinalização, placas de sinalização, postes de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 23ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 16/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

iluminação, grades de proteção, muros, muretas, árvores, conjunto semafórico, abrigos de pontos de parada de ônibus, passarela, viadutos, dentre outros.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela constitucionalidade e legalidade, com substitutivo para adequar o projeto à técnica de elaboração legislativa constante da Lei Complementar Federal nº 95/98.

Foram encaminhados quesitos ao Executivo acerca da matéria, que se manifestou contrário à propositura, argumentando que “os danos causados ao erário público já são cobrados por meio de ação judicial, sendo despicienda norma municipal a respeito do assunto”, salientando que “o procedimento ora proposto não poderá prosperar uma vez que a cobrança de indenizações materiais será sempre objeto de cobrança administrativa após apuração da responsabilidade do causador dos danos. Ou, na impossibilidade do recebimento via administrativa, deverá a Municipalidade ingressar com a medida Judicial cabível de forma a ressarcir o erário do prejuízo”.

Outro ponto de atenção seria com relação aos valores cobrados, que somente seriam “apurados após a área responsável pela manutenção do equipamento danificado concluir o conserto detalhando quais os valores de peças e mão de obra foram utilizados para a recuperação do bem totalizando assim de forma clara o valor a ser cobrado. Assim, não se poderá ESTABELECEER VALORES DE RECUPERAÇÃO, pelo simples fato de que, qualquer valor cobrado sem a devida comprovação, poderá ensejar a Municipalidade a responder por enriquecimento sem causa”.

Assim, em que pesem as elevadas intenções do nobre autor, esta Comissão não tem como discordar dos argumentos supracitados.

Contrário, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

6) PL 905/2013	Ver. JAIR TATTO (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DOS EXAMES DE MAMOGRAFIA, PAPANICOLAU, PRÓSTATA E PENISCOPIA NOS HOSPITAIS MUNICIPAIS E AMA'S TRIMESTRALMENTE.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: determina que todos os Hospitais Municipais e AMAs deverão aderir a campanha trimestral de cuidados ginecológicos e urológicos.

Estipula a propositura que deverá haver um planejamento para a realização dos exames de mamografia, papanicolau, próstata e peniscopia, nos hospitais públicos municipais, nas unidades de Assistência Médica Ambulatorial - AMAS e na unidade médica da Câmara Municipal de São Paulo, podendo também convidar médicos, clínicas e hospitais particulares para participarem voluntariamente desse evento de interesse público.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl. 43)

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl.44)

Comissão de Finanças e Orçamento: encaminhou quesitos ao Executivo (fl.45), com resposta a folhas

47-55.

SMS – Autarquia Hospitalar Municipal : “Os procedimentos médicos elencados pelo nobre vereador Jair Tatto, tais como mamografia, Papanicolau, exame de próstata e a peniscopia são procedimentos afetos ao perfil de atendimento das unidades de atenção ambulatorial especializada, principalmente, Rede Hora Certa e AMA Especialidade.

Acrescente-se que, tais procedimentos devem ser oferecidos de modo contínuo e rotineiro aos usuários do SUS dentro das várias linhas de cuidados, não constituindo boa prática de saúde pública a execução de mutirões periódicos.

Entendemos ainda que, tais procedimentos já fazem parte da política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no Âmbito do SUS ...” (fl.52)

SMS-Gabinete : “(...) o PL nº 905/2013 não reúne condições de prosperar na forma como se apresenta, tendo em vista, que (a) propositura do mesmo já se encontra contemplada, em razão, da existência de Legislação satisfatória que trata a matéria de forma abrangente, estabelecidas pela Política Nacional para prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no Âmbito do Sistema Único de Saúde.

Diante do exposto, somos contrários ao prosseguimento do Projeto de Lei em comento” (fl.55)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Tendo em vista a argumentação do Executivo, principalmente no tocante à forma - mutirões periódicos não se constituindo em boa prática de saúde pública - o projeto, em tese, poderia ampliar despesas obrigatórias de caráter continuado nos equipamentos públicos de saúde com inclusão dessa nova forma de atendimento (mutirão, além do modo contínuo), sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 905/2013**

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Jair Tatto, visa determinar que todos os Hospitais Municipais e AMAs deverão aderir a campanha trimestral de cuidados ginecológicos e urológicos.

A propositura estipula que deverá haver um planejamento para a realização dos exames de mamografia, papanicolau, próstata e peniscopia, nos hospitais públicos municipais, nas unidades de Assistência Médica Ambulatorial - AMAS e na unidade médica da Câmara Municipal de São Paulo, podendo também ocorrer o convite a médicos, clínicas e hospitais particulares para participarem voluntariamente desse evento de interesse público.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

7) PL 19/2014	Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	Votação		
Dispõe sobre a atividade desenvolvida pelos vigilantes noturnos e diurnos autônomos no âmbito			Favor	Contra
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 23ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 16/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

do Município de São Paulo, e dá outras providências.	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
	Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA	Ver. OTA (PROS)	.	.	.
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a atividade desenvolvida pelos vigilantes noturnos e diurnos autônomos no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

O art. 1º estabelece que a atividade desenvolvida pelos vigilantes noturnos e diurnos autônomos fica reconhecida como atividade de importância fundamental, sendo livre no âmbito do Município de São Paulo.

Pelo art. 2º, considera-se o profissional vigilante noturno e diurno autônomo envolvido com a segurança dos Municípios de São Paulo.

O art. 3º determina que o profissional 'vigilantes noturnos e diurnos autônomos' goza de todos os direitos e prerrogativas inerentes aos trabalhadores, tal como reconhecido pela Constituição e pelas Leis.

Já o art. 4º estabelece que, no cadastramento de vigilantes autônomos de que trata o projeto, será avaliada e atestada a aptidão técnica do profissional.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 28/30), com apresentação de substitutivo "para adequar a propositura à melhor técnica de elaboração legislativa" (fls. 29).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 31/32).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 33).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, referentes ao cadastramento e avaliação de aptidão previstos no art. 4º, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Sugerimos quesitos ao Executivo.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 19/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Nelo Rodolfo, visa dispor sobre a atividade

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 23ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 16/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

desenvolvida pelos vigilantes noturnos e diurnos autônomos no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

O art. 1º estabelece que a atividade desenvolvida pelos vigilantes noturnos e diurnos autônomos fica reconhecida como atividade de importância fundamental, sendo livre no âmbito do Município de São Paulo.

Pelo art. 2º, considera-se o profissional vigilante noturno e diurno autônomo envolvido com a segurança dos Municípios de São Paulo.

O art. 3º determina que o profissional vigilante noturno e diurnos autônomo goza de todos os direitos e prerrogativas inerentes aos trabalhadores, tal como reconhecido pela Constituição e pelas Leis.

Já o art.4º estabelece que, no cadastramento de vigilantes autônomos de que trata o projeto, será avaliada e atestada a aptidão técnica do profissional.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para adequar a proposição à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à proposição, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

8) PL 433/2014	Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB); Ver. ROBERTO TRIPOLI (PV)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO A SER ADOTADO PARA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.	Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA	Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre o procedimento a ser adotado para a realização de audiências públicas no âmbito do Poder Executivo do Município de São Paulo.

O projeto estabelece normas básicas sobre o procedimento a ser adotado para realização de audiências públicas no âmbito do Poder Executivo do Município de São Paulo, que deverão se orientarem pelos princípios da participação popular, do contraditório, da legalidade, da transparência, da motivação, da oficialidade, da simplicidade, da gratuidade e dos que lhes são correlatos; esclarecendo que as audiências públicas não substituem nem impedem a utilização de outros instrumentos participativos, como as consultas públicas, os conselhos de políticas públicas e as conferências.

A proposição, em sua seção I – “Das audiências públicas”, define que as audiências públicas constituem instrumentos participativos de debate público, desenvolvidas a partir do contraditório oral, em eventos formais, para diagnóstico, planejamento, implementação e controle de políticas públicas, permitindo aos participantes se manifestarem e ouvirem uns aos outros durante a discussão de temas de relevância pública, define seus objetivos, veda qualquer forma de discriminação dos participantes, bem como a solicitação ou oferecimento de qualquer tipo de vantagem, financeira ou não; e esclarece que as

audiências públicas possuem caráter consultivo, sendo indispensável que todas as manifestações propostas e oferecidas sejam expressa e motivadamente respondidas pela Administração Pública.

Na seção II – “Dos direitos e deveres dos cidadãos” - a propositura define os direitos dos cidadãos e os deveres dos cidadãos e dos agentes públicos; na Seção III – “Da convocação” – a propositura determina que a convocação das audiências públicas é atribuição da autoridade administrativa responsável pelo tema em discussão, salvo disposição em contrário, e que qualquer cidadão ou entidade da sociedade civil poderá solicitar a convocação de audiência pública para a discussão de tema de relevância pública, cabendo à autoridade administrativa responsável decidir motivadamente sobre o pedido, considerando-se a viabilidade e a oportunidade do procedimento. Entre outras medidas, determina que a convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 15 dias da data do evento, por meio de publicação no Diário Oficial do Município, por avisos afixados na sede do órgão público responsável pelo tema em discussão, por sítio oficial da municipalidade na rede mundial de computadores e, facultativamente, por outros meios que se mostrem adequados; que as informações e documentos imprescindíveis que subsidiam o tema sob debate em audiência pública, deverão estar disponíveis na data da convocação em sítios oficiais da municipalidade na rede mundial de computadores e em versão impressa para livre consulta nas secretarias competentes à matéria e no local e dia da realização da audiência pública; além de definir a composição das referidas informações e documentos; e finalmente, o projeto estabelece os procedimentos para sua realização.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de substitutivo “visando: i) adequar a redação do projeto no que tange à estruturação da lei a que pretende dar origem à técnica legislativa prevista na Lei Complementar nº 95/98; ii) adequar a redação do art. 5º para não haver margem à interpretação de que todas as manifestações populares devam ser individualmente respondidas, o que não se mostraria razoável, tendo em vista que podem ocorrer várias manifestações em um mesmo sentido, ou seja, que podem ser analisadas e respondidas conjuntamente pela Administração Pública; e iii) estender o regramento estabelecido pelo projeto também às audiências públicas ocorridas no âmbito do Poder Legislativo, em atenção aos princípios da razoabilidade e da simetria e, especialmente, em atenção à expressa disposição contida no art. 9º, III, da Lei Orgânica do Município, o qual estabelece que a lei disporá sobre a participação popular nas audiências públicas promovidas tanto pelo Executivo quanto pelo Legislativo.” (fls. 108 a 114).

Comissão de Administração Pública: realizou uma audiência pública, sem oradores inscritos (fls. 122 a 126, sendo o projeto citado às folhas 126). Exarou parecer favorável, nos moldes do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 117 a 121).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O presente projeto, ao dispor sobre procedimentos para a realização de audiências públicas – que já são normalmente realizadas – gera despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 433/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Andrea Matarazzo, visa dispor sobre o procedimento a ser adotado para a realização de audiências públicas no âmbito do Poder Executivo do Município de São Paulo.

O projeto estabelece normas básicas sobre o procedimento a ser adotado para realização de audiências públicas no âmbito do Poder Executivo do Município de São Paulo, que deverão se orientar pelos princípios da participação popular, do contraditório, da legalidade, da transparência, da motivação, da oficialidade, da simplicidade, da gratuidade e dos que lhes são correlatos; esclarecendo que as audiências públicas não substituem nem impedem a utilização de outros instrumentos participativos, como as consultas públicas, os conselhos de políticas públicas e as conferências.

A propositura, em sua seção I – “Das audiências públicas”, define que as audiências públicas constituem instrumentos participativos de debate público, desenvolvidas a partir do contraditório oral, em eventos formais, para diagnóstico, planejamento, implementação e controle de políticas públicas, permitindo aos participantes se manifestar e ouvir uns aos outros durante a discussão de temas de relevância pública, define seus objetivos, veda qualquer forma de discriminação dos participantes, bem como a solicitação ou oferecimento de qualquer tipo de vantagem, financeira ou não; e esclarece que as audiências públicas possuem caráter consultivo, sendo indispensável que todas as manifestações propostas e oferecidas sejam expressa e motivadamente respondidas pela Administração Pública.

Na seção II – “Dos direitos e deveres dos cidadãos” - a propositura define os direitos dos cidadãos e os deveres dos cidadãos e dos agentes públicos; na Seção III – “Da convocação” – a propositura determina que a convocação das audiências públicas é atribuição da autoridade administrativa responsável pelo tema em discussão, salvo disposição em contrário, e que qualquer cidadão ou entidade da sociedade civil poderá solicitar a convocação de audiência pública para a discussão de tema de relevância pública, cabendo à autoridade administrativa responsável decidir motivadamente sobre o pedido, considerando-se a viabilidade e a oportunidade do procedimento. Dentre outras medidas, determina que a convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 15 dias da data do evento, por meio de publicação no Diário Oficial do Município, por avisos afixados na sede do órgão público responsável pelo tema em discussão, por sítio oficial da municipalidade na rede mundial de computadores e, facultativamente, por outros meios que se mostrem adequados; que as informações e documentos imprescindíveis que subsidiam o tema sob debate em audiência pública, deverão estar disponíveis na data da convocação em sítios oficiais da Municipalidade na rede mundial de computadores e em versão impressa para livre consulta nas secretarias competentes à matéria e no local e dia da realização da audiência pública; além de definir a composição das referidas informações e documentos; e finalmente, o projeto estabelece os procedimentos para sua realização.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo “visando: i) adequar a redação do projeto no que tange à estruturação da lei a que pretende dar origem à técnica legislativa prevista na Lei Complementar nº 95/98; ii) adequar a redação do art. 5º para não haver margem à interpretação de que todas as manifestações populares devam ser individualmente respondidas, o que não se mostraria razoável, tendo em vista que podem ocorrer várias manifestações em um mesmo sentido, ou seja, que podem ser analisadas e respondidas conjuntamente pela Administração Pública; e iii) estender o regimento estabelecido pelo projeto também às audiências públicas ocorridas no âmbito do Poder Legislativo, em atenção aos princípios da razoabilidade e da simetria e, especialmente, em atenção à expressa disposição contida no art. 9º, III, da Lei Orgânica do Município, o qual estabelece que a lei disporá sobre a participação popular nas audiências públicas promovidas tanto pelo Executivo quanto pelo Legislativo”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 23ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 16/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos de Deliberação das Comissões

9) PL 186/2013 Ver. TONINHO PAIVA (PR)		Votação			
			Favor	Contra	Abst.
DENOMINA AV. MANOEL PEREIRA DE BARROS O LOGRADOURO CONHECIDO POR AV. CIRCULAR, SITUADO NO DISTRITO RAPOSO TAVARES, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. POLÍTICA URBANA		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: denomina Av. Manoel Pereira de Barros o logradouro conhecido por Av. Circular, situado no Distrito Marsilac, no Município de São Paulo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou quesitos ao Executivo (fl. 29), com resposta as folhas 31/36, visando a correta descrição do logradouro. A Comissão exarou parecer pela legalidade (fl. 37).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: há requerimento do autor para que seja apresentado Substitutivo por essa Comissão "contendo a correta especificação da Avenida Circular, que se situa no Distrito de Marsilac, Subprefeitura Parelheiros" (*em oposição ao texto original do projeto, que remetia a localidade ao Distrito Raposo Tavares*).

Solicitou novos quesitos ao Executivo (fl.42) "em virtude de solicitação do autor para que se alterasse o local a ser denominado", com resposta as folhas 44/48, visando a correta descrição do logradouro .

Manifestou-se "favoravelmente ao projeto de lei, na forma de substitutivo, elaborado com o propósito de atender solicitação do autor, bem como para ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo" (fl. 49/50).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fl. 51).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo / Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo / Economia

**PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 186/2013**

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Paiva, visa denominar Av. Manoel Pereira de Barros o logradouro conhecido por Av. Circular, situado no Distrito Marsilac, no

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 23ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 16/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Município de São Paulo.

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente manifestou-se “favoravelmente ao projeto de lei, na forma de substitutivo, elaborado com o propósito de atender solicitação do autor, bem como para ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo apresentado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

10) PL 287/2013	Ver. RICARDO NUNES (PMDB); Ver. NELO RODOLFO (PMDB); Ver. CALVO (PMDB); Ver. GEORGE HATO (PMDB); Ver. JOSE AMERICO (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CENTROS DE COMPRAS "SHOPPING CENTERS" E CLUBES SOCIAIS E DE DIVERSÕES ACERCA DA DIVULGAÇÃO DOS DADOS DO BRIGADISTA RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE EMERGÊNCIA "CHEFE DA EDIFICAÇÃO OU DO TURNO" E DA INSTALAÇÃO DE SINALIZADORES PARA AS ROTAS DE FUGA, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: visa obrigar os centros de compras “Shopping Centers” e Clubes Sociais e de Diversões, localizados no Município de São Paulo, a informar os dados do brigadista responsável pela coordenação e execução das ações de emergência, por meio de placas instaladas nos respectivos estabelecimentos, contendo os seguintes dados:

I - Nome do brigadista responsável pela coordenação e execução das ações de emergência.

II - Telefone e ramal da brigada de incêndio.

III - Localização física da brigada de incêndio.

Conforme o §2º do art. 1º, denomina-se “Clubes Sociais e de Diversões”, as boates, clubes, salões de bailes, restaurantes dançantes, clubes sociais, bingos, bilhares, tiro ao alvo, boliches, etc., definição dada pela INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 17/2011 do CORPO DE BOMBEIROS da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO.

As placas deverão ser retro-iluminadas e possuir energia de emergência em caso de falta de energia elétrica no estabelecimento.

Na hipótese de haver mais de um pavimento no estabelecimento, deverá ser instalada uma placa em cada

pavimento.

As placas deverão ser instaladas em local de fácil visualização dos visitantes dos estabelecimentos.

O Art. 2º também obriga os centros de compras "Shopping Centers" e Clubes Sociais e de Diversões, localizados no Município de São Paulo, a instalarem sinalizadores luminosos indicando as rotas de fuga dos estabelecimentos, em todos os pavimentos e eventuais ambientes anexos, em locais de fácil visualização dos visitantes dos estabelecimentos.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo "visando adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa, bem como para inserir no projeto a multa pelo seu descumprimento, sem a qual a proposta fica sem condições de efetividade e cuja fixação não pode ser relegada ao decreto regulamentador sob ofensa do princípio da independência e separação entre os Poderes". (fls. 65-68) Inclui multa de R\$ 2.000,00, dobrada na reincidência e prazo de 90 dias para o Executivo regulamentar a lei.

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: Quesitos ao Executivo (fl. 69).
Resposta do Executivo (fls. 73-81):

Secretaria Municipal de Licenciamento – Coordenadoria de Atividade Especial e Segurança de Uso:

"Os assuntos do presente Projeto de Lei, referentes implantação da Brigada de Incêndio, à sinalização dos equipamentos, que compõe o sistema de segurança contra incêndio, rotas de fuga e iluminação de emergência, já estão contemplados no Código de Obras e Edificações, Lei nº 11.228/92, e nos Decretos nº 32.329/92 e nº 49.969/08, onde todas as edificações construídas na vigência dessa legislação, e não apenas as elencadas no projeto de lei, além de todos os AVS (Auto de Verificação de Segurança) e AFLR (Alvará de Funcionamento de Local de Reunião) emitidos, já contemplam o Sistema de Segurança, como "conjunto das instalações e equipamentos, dimensionados e executados de acordo com as NTO, que deverão entrar em funcionamento e serem utilizados de forma adequada em situação de emergência", estando, portanto de acordo com o prescrito nas normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, válidas em todo o território nacional, e não apenas segundo a Instrução Técnica nº 17, do Corpo de Bombeiros, conforme disposto no PL 01-00287/2013. Quanto à obrigatoriedade da divulgação dos dados do brigadista responsável pela coordenação e execução das ações de emergência nos parece secundário, pois em Centros de Compras "Shopping Centers" e Clubes Sociais e de Diversões devido às suas dimensões e população envolvida, por vezes possuidores de mais de um pavimento, em caso de emergência, toda a brigada deverá ser acionada, inclusive o brigadista responsável. Somos, portanto, **contrários** ao presente Projeto de Lei." (fl. 74-75)

Secretaria Municipal de Licenciamento - SEC/CEUSO (Comissão de Edificações e Uso do Solo):

"Quanto à obrigatoriedade da divulgação dos dados do brigadista responsável pela Coordenação das "ações de emergência", SEGUR acredita ser desnecessário, vez que em caso de emergência toda brigada deverá ser acionada, inclusive o brigadista responsável. Sobre a referida propositura, salientamos que:

- no Código de Obras, Lei nº 11.228/92, no subitem 12.11- Sistema de Segurança, define o conjunto de instalações e Equipamentos que deverão entrar em funcionamento e serem utilizados de forma adequada em situação de emergência, executados com as N.T.O.
- o artigo 18, a Seção 3N e anexo 17 do Decreto nº 32.329/92, dispõe que as edificações existentes deverão ser adaptadas às Normas de Segurança, mediante obras e/ou serviços considerados necessários a garantir a segurança e utilização da edificação.
- O Decreto nº 49.969/08, que dispõe procedimentos administrativos relativos para a obtenção do Auto de Licença de Funcionamento, Alvará de Funcionamento e Alvará de Autorização para eventos públicos e temporários, no seu artigo 9º já prevê a afixação junto ao acesso principal e internamente das condições de segurança tais como rota de fuga, saídas sinalizadas, equipamentos de combate a incêndio, Brigada de Combate a Incêndio, iluminação de emergência, saídas de emergência.

Quanto à obrigatoriedade da divulgação dos brigadistas pela Coordenação e Execução das Ações de

Emergência, conforme o parecer de SEGUR, faz-se desnecessária, pois toda a brigada inclusive o brigadista, em caso de emergência deverá ser acionado.

De acordo com o Código de Obras (Lei nº 11.228/92) no item 2.2.2, é de responsabilidade do proprietário a manutenção das condições de segurança, estabilidade e salubridade do imóvel e pelo uso ou atividade desenvolvida na edificação, não cabendo, portanto a municipalidade assegurar tais informações. Isto posto, observamos que as **exigências contidas no referido Projeto de Lei já se encontram regulamentadas na legislação municipal vigente**. São as considerações que submetemos a apreciação de V.Sa., sugerindo o **veto integral** à referida propositura, caso venha a ser aprovado pela Câmara Municipal." (fls. 78-79)

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 82-83)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 84-85)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, referentes à fiscalização, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 287/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Calvo, José Américo, Ricardo Nunes, Nelo Rodolfo e George Hato, visa obrigar os centros de compras "Shopping Centers" e Clubes Sociais e de Diversões, localizados no Município de São Paulo, a informar os dados do brigadista responsável pela coordenação e execução das ações de emergência, por meio de placas instaladas nos respectivos estabelecimentos, contendo os seguintes dados:

I - Nome do brigadista responsável pela coordenação e execução das ações de emergência.

II - Telefone e ramal da brigada de incêndio.

III - Localização física da brigada de incêndio.

Conforme o §2º do art. 1º, denominam-se "Clubes Sociais e de Diversões", as boates, clubes, salões de bailes, restaurantes dançantes, clubes sociais, bingos, bilhares, tiro ao alvo, boliches, etc., definição dada pela Instrução Técnica Nº 17/2011 do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

As placas deverão ser retro-iluminadas e possuir energia de emergência em caso de falta de energia elétrica, e deverão ser instaladas em local de fácil visualização dos visitantes dos estabelecimentos.

Na hipótese de haver mais de um pavimento no estabelecimento, deverá ser instalada uma placa em cada pavimento.

O Art. 2º também obriga os centros de compras "Shopping Centers" e Clubes Sociais e de Diversões, localizados no Município de São Paulo, a instalarem sinalizadores luminosos indicando as rotas de fuga dos estabelecimentos, em todos os pavimentos e eventuais ambientes anexos, em locais de fácil visualização dos visitantes dos estabelecimentos.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo "visando adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa, bem

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos da Pauta da 23ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 16/09/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

como para inserir no projeto a multa pelo seu descumprimento, sem a qual a proposta fica sem condições de efetividade e cuja fixação não pode ser relegada ao decreto regulamentador sob ofensa do princípio da independência e separação entre os Poderes". (fls. 65-68)

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

11) PL 632/2013	Ver. JOSE AMERICO (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A ALTEAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DA RUA CEL. LUIS DE FARIA E SOUSA PARA RUA ALFREDO LEONI. (LOCALIZADA ENTRE À RUA DOUTOR VALTER PINTO E A RUA JOÃO TURRIANO, NO BAIRRO VILA JABAQUARA - SÃO PAULO - CAPITAL).			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a denominação da Rua Cel. Luis de Faria e Sousa para Rua Alfredo Leoni, localizada entre à Rua Doutor Valter Pinto, CEP 04323-040 e a Rua João Turriano, no bairro Vila Jabaquara - São Paulo - Capital.

Segundo a justificativa do Autor, "a alteração de denominação do logradouro diz respeito às aspirações da comunidade local, que pretende com a adoção do novo nome, homenagear Alfredo Leoni, que foi mais do que um morador", já que "graças ao seu horário flexível se encarregava da manutenção da vila, e por isso foi aclamado pelos moradores da vila como síndico."

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo (fl. 44), com resposta às folhas 46-50.

SML – Supervisão de Cadastro de Logradouro: "comparando o texto apresentado no PL e o abaixo-assinado dos moradores anexado sob folhas 08 e 09 percebemos que não se trata de alteração do nome da Rua Cel. Luiz de Faria e Souza como quer a propositura, mas de denominar logradouro situado na altura do número 63 desta via." E que deverá constar (no PL) : "Fica denominado Travessa Alfredo Leoni o logradouro sitiado na altura do número 63 da Rua Cel. Luiz de Faria e Souza, que termina a aproximadamente 50 metros além de seu início (setor 91 – quadra 393), no Distrito do Jabaquara, Subprefeitura do Jabaquara".(fl.48)

A Comissão exarou parecer pela legalidade, apresentando substitutivo considerando as informações prestadas pelo Executivo (fls.51-52)

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.53)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.54)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto, caso aprovado, gerará despesas normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 632/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador José Américo, visa alterar a denominação da Rua Cel. Luis de Faria e Sousa para Rua Alfredo Leoni, localizada entre à Rua Doutor Valter Pinto, CEP 04323-040 e a Rua João Turriano, no bairro Vila Jabaquara - São Paulo - Capital.

Segundo a justificativa do Autor, "a alteração de denominação do logradouro diz respeito às aspirações da comunidade local, que pretende com a adoção do novo nome, homenagear Alfredo Leoni, que foi mais do que um morador", já que "graças ao seu horário flexível se encarregava da manutenção da vila, e por isso foi aclamado pelos moradores da vila como síndico."

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa solicitou informações ao Executivo, que respondeu *"comparando o texto apresentado no PL e o abaixo-assinado dos moradores anexado sob folhas 08 e 09 percebemos que não se trata de alteração do nome da Rua Cel. Luiz de Faria e Souza como quer a propositura, mas de denominar logradouro situado na altura do número 63 desta via. e que deverá constar (na propositura): "Fica denominado Travessa Alfredo Leoni o logradouro situado na altura do número 63 da Rua Cel. Luiz de Faria e Souza, que termina a aproximadamente 50 metros al'ém de seu início (setor 91 – quadra 393), no Distrito do Jabaquara, Subprefeitura do Jabaquara".(fl.48)*

A Comissão exarou parecer pela legalidade, apresentando substitutivo considerando as informações prestadas pelo Executivo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

12) PL 61/2014	Ver. GOULART (PSD); Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS COM SISTEMA DE LACRE OU SELO QUE GARANTA A SUA INVIOABILIDADE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: determina que os alimentos apresentados para venda em gôndolas, acessíveis diretamente pelo consumidor, devem ser comercializados em embalagens com sistema de lacre ou selo que garanta a sua inviolabilidade, no âmbito do Município de São Paulo, esclarecendo que não se aplica o disposto aos

bares, hotéis, restaurantes e estabelecimentos similares que comercializem produtos alimentícios para consumo imediato.

O projeto também estabelece que a infração acarretará ao infrator, proprietário ou responsável pelo estabelecimento as seguintes cominações, aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, sem prejuízo das demais sanções previstas pelo Código de Defesa do Consumidor ou por outras normas: i) advertência; ii) multa no valor de R\$ 5.000,00 a R\$ 50.000,00; iii) apreensão do produto; iv) interdição do estabelecimento; v) cassação da licença de funcionamento; além de prever a correção dos valores monetários.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 56 a 58)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável (fls. 60 e 61).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl. 62)

Comissão de Finanças e Orçamento:

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto pode gerar despesas obrigatórias de caráter continuado, incluindo despesas com a fiscalização dos estabelecimentos.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 61/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Goulart e José Police Neto, determina que os alimentos apresentados para venda em gôndolas, acessíveis diretamente pelo consumidor, devem ser comercializados em embalagens com sistema de lacre ou selo que garanta a sua inviolabilidade, no âmbito do Município de São Paulo, esclarecendo que não se aplica o disposto aos bares, hotéis, restaurantes e estabelecimentos similares que comercializem produtos alimentícios para consumo imediato.

O projeto também estabelece que a infração acarretará ao infrator, proprietário ou responsável pelo estabelecimento as seguintes cominações, aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, sem prejuízo das demais sanções previstas pelo Código de Defesa do Consumidor ou por outras normas: i) advertência; ii) multa no valor de R\$ 5.000,00 a R\$ 50.000,00; iii) apreensão do produto; iv) interdição do estabelecimento; v) cassação da licença de funcionamento; além de prever a correção dos valores monetários.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Requerimentos

13) REQ. FIN 63/2015	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)			
Data do Requerimento: 08/09/2015				
<p>Considerando a preocupação social deste Legislativo que levou à aprovação de legislação concedendo e ampliando as condições de isenção total ou parcial do IPTU para aposentados e pensionistas;</p> <p>Considerando as diversas informações que tem sido divulgadas quanto a dificuldade e demora para que os beneficiários destas isenções consigam fazer valer seus direitos;</p> <p>Considerando a novidade de um novo sistema implantado este ano para a realização online do processo de solicitação da isenção;</p> <p>Considerando as condições de dificuldade encontradas por muitos aposentados e pensionistas, para os quais a necessidade de efetuar o pagamento do IPTU, mesmo com a perspectiva de reembolso posterior, por não obter resposta ao pedido de isenção pode representar significativo sacrifício;</p> <p>Considerando a responsabilidade desta Comissão em garantir o pleno e efetivo cumprimento da legislação tributária vigente;</p> <p>REQUEIRO nos termos do Regimento Interno, à presidência desta Douta Casa, seja oficiado ao Executivo Municipal requerimento solicitando as seguintes informações:</p> <p>a) Número de isenções totais ou parciais de IPTU de aposentados solicitadas nos exercícios de 2013, 2014 e 2015 para cada faixa de isenção;</p> <p>b) Número de isenções totais ou parciais de IPTU de aposentados deferidas nos exercícios de 2013, 2014 e 2015 para cada faixa de isenção;</p> <p>c) Número de isenções totais ou parciais de IPTU de aposentados indeferidas nos exercícios de 2013, 2014 e 2015 para cada faixa de isenção, com discriminação dos motivos de indeferimento;</p> <p>d) Número de horas que o SIIA (Sistema de Isenção para Aposentados) esteve funcionando regularmente, esteve fora do ar ou com instabilidades desde o início das operações do mesmo;</p> <p>e) Alternativas oferecidas aos aposentados sem acesso, com dificuldades de acesso ou sem condições de acesso a Internet para solicitar a isenção;</p> <p>f) Tempo médio de despacho das solicitações de isenção.</p>				
	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
	Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
	Ver. OTA (PROS)	.	.	.
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.